



Dom Jaime Spengler

A voz do Pastor

ascom@arquihoa.com

Por Dom Aparecido Donizeti,  
bispo auxiliar da Arquidiocese de Porto Alegre

## Campanha da Fraternidade 2019: uma reflexão sobre políticas públicas

No desejo de fortalecer mais a fraternidade e a solidariedade entre todas as pessoas, há várias décadas, a Igreja no Brasil aproveita a Quaresma, tempo especial de conversão e preparação para a Páscoa do Senhor, para o lançamento da Campanha da Fraternidade (CF). O que ela busca é aprofundar um tema que favoreça a conversão pessoal e social de maneira que nos prepare melhor para a Celebração do Mistério da paixão, morte e ressurreição de Jesus Cristo.

O tema da Campanha da Fraternidade para este ano de 2019 é "Fraternidade e Políticas Públicas", com o seguinte lema: "Serás libertado pelo direito e pela justiça" (Is. 1,27). O objetivo geral dessa CF, conforme o texto base da CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil), é "estimular a participação em Políticas Públicas, à luz da Palavra de Deus e da Doutrina Social da Igreja, para fortalecer a cidadania e o bem comum, sinais de fraternidade". Alguém até poderia questionar o que tem a ver esse tema com a Quaresma e, sobretudo, com a Páscoa do Senhor. A resposta seria a partir da compreensão que temos do Mistério Pascal de Cristo. Sua paixão e morte foi consequência de uma entrega sem dúvida à vontade do Pai. Essa vontade está bem clara no evangelho de João, quando Jesus afirma: "Eu vim para que tenham vida, e a tenham em abundância" (Jo 10,10). Muitos, sobretudo as autoridades religiosas e políticas da época, não acolheram a proposta de Jesus e o condenaram à morte e morte de cruz.

Portanto, quanto mais uma pessoa compreende a mensagem de salvação de Jesus, e busca viver a partir dessa mensagem, vai buscar crescer como verdadeiro discípulo Dele. Da mesma forma que Jesus fez de sua vida uma doação para que todos alcançassem a verdadeira vida, o discípulo nos dias de hoje vai procurar também usar todos os meios para promover e defender a vida de todos e, especialmente, daquela pessoa cuja vida esteja desfigurada pelas situações de pecado e injustiças sociais. A participação consciente e ativa nas Políticas Públicas é uma forma concreta para, à luz da fé, viver como verdadeiros discípulos missionários de Jesus no mundo de hoje.

### MEIO AMBIENTE

# Justiça derruba liminar e confirma extinção da Fundação Zoobotânica

Secretaria do Ambiente garante a manutenção dos serviços prestados pelo órgão

Isabella Sander e Juliano Tatsch  
geral@jornaldocomercio.com.br

Os desembargadores da 1ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça (TJ) do Rio Grande do Sul derrubaram ontem a liminar que, desde outubro do ano passado, impedia a extinção da Fundação Zoobotânica (FZB).

Por três votos a zero, os magistrados da 1ª Câmara Cível confirmaram decisão anterior que havia sido suspensa por uma medida cautelar. O pedido era para que o julgamento fosse realizado em uma câmara com cinco desembargadores, e não três. Ainda cabe recurso à decisão.

A FZB administra o Jardim Botânico, o Museu de Ciências Naturais (MCN) e o Parque Zoológico de Sapucaia do Sul. A decisão que impedia a extinção acatava um pedido do Ministério Público (MP) do Rio Grande do Sul e chegou a ser derrubada na Justiça, por dois votos a um, no entanto, foi mantida por meio de medida cautelar, quando o MP solicitou que o debate fosse ampliado.

O imbróglio se arrasta desde novembro de 2016, quando o ex-governador José Ivo Sartori enviou à Assembleia Legislativa pacote propondo a extinção de 11 órgãos ligados ao Executivo. O decreto de extinção da FZB, assinado por Sartori, determina que as obrigações e os servidores estáveis da fundação sejam incorporados no quadro da então



MARIANA CARLESSO/JC

Jardim Botânico seguirá funcionando normalmente, enquanto PPP deve gerir zoológico de Sapucaia

Secretaria Estadual do Ambiente e Desenvolvimento Sustentável. O Ministério Público defende que a extinção da FZB não deve ocorrer até que o Palácio Piratini apresente um plano de como se dará a transferência dos bens e dos servidores do Jardim Botânico e do MCN, com a garantia da manutenção dos trabalhos.

A atual Secretaria Estadual do Ambiente e Infraestrutura (Sema) garante que todos os serviços serão mantidos. "A decisão não modifica em nada a prestação dos serviços nesse primeiro momento. O Jardim Botânico permanecerá aberto à visitação, com certeza. É um espaço de convivência e também um centro de coleções científicas vivas. E o zoológico tem o seu caminho por meio de uma concessão via

Parceria Público-Privada (PPP), a qual estimamos que, pelo mês de março, já se iniciem os trâmites", afirma o secretário Artur Lemos. Conforme ele, ao longo do primeiro semestre, será apresentado o modo como a transição da gestão será conduzida.

Em relação aos servidores, a situação é outra. Atualmente, o governo não pode exonerar ninguém, em virtude de liminar na Justiça do Trabalho e de uma ação ainda não julgada pelo Supremo Tribunal Federal. "No caso dos servidores, há um impeditivo do desligamento. Porém, o governo já lançou as regras para as estatais criarem um Plano de Desligamento Voluntário ou Incentivado. Nele, estão previstos os trabalhadores ligados às fundações extintas ou

que estão se encaminhando para a extinção, com o viés de dar a atenção necessária em respeito ao servidor público", salienta o titular da Sema.

Representante da Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural (Agapan), do Instituto Gaúcho de Estudos Ambientais, da Igré - Associação Socioambientalista e da União pela Vida, ONGs interessadas na ação, o advogado Marcelo Pretto Mosmann disse que a decisão foi recebida com surpresa. "A decisão impediu a participação da sociedade civil e negou o julgamento ampliado solicitado, que permitiria ao tribunal decidir com maior profundidade uma questão tão relevante para o futuro do Estado." Conforme ele, os recursos cabíveis já estão sendo avaliados.

MARCELO G. RIBEIRO/JC



Secretário afirma que medidas respeitarão servidores públicos

## 'Não faremos nada no atropelo', diz Artur Lemos

**Jornal do Comércio - Como a Sema recebeu a decisão do Judiciário?**

**Artur Lemos** - A Procuradoria maneja muito bem o processo remanescente da gestão anterior. Não é uma questão em que se tenha alegria ou tristeza. Agora, temos de fazer, efetivamente, o enfrentamento. Conduzir e ter a atenção necessária naquilo que se é colocado, das coleções científicas e tudo mais, com a responsabilidade que foi delegada ao gestor público. Vamos ter essa atenção. Iremos apresentar um plano de transição. Não será nada abrupto, com a atenção necessária para que não se tenha

problema de continuidade no serviço prestado.

**JC - Como se dará essa transição da gestão da FZB para a secretaria?**

**Lemos** - Não faremos nada no atropelo. Primeiro, em respeito aos profissionais que cuidam de todas essas coleções e, também, em respeito a esse patrimônio que demanda atenção. Mas também não seremos lentos a ponto de causar maiores gastos ao estado do Rio Grande do Sul. Em tese, não será preciso mudança na estrutura da Sema. Como foi iniciado já na gestão passada, os funcionários já estavam sob a responsabilidade da secretaria,

mas o patrimônio e o orçamento permanecem sob a égide da Fundação Zoobotânica.

**JC - Qual o estágio atual do plano de transição da gestão?**

**Lemos** - Ele foi iniciado na gestão anterior. Agora, vamos nos debruçar. Já vinhamos trabalhando, identificando quais as necessidades que seriam alocadas, nas coleções científicas, cada coleção com um curador responsável pela sua manutenção. Também trabalhamos com a previsão de franquearmos acesso a mais pesquisadores a essas coleções, pois são um patrimônio, e temos de ter atenção a isso.